

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 28/05 – 14h

O Congresso Nacional tem sessão conjunta na terça-feira (28), às 14h, para análise de vetos presidenciais e de projetos de lei que abrem créditos orçamentários extras propostos pelo Poder Executivo. São 26 itens na pauta.

Entre os 17 vetos prontos para apreciação, estão itens adiados após negociações entre governo e oposição na sessão do último dia 9. É o caso do veto (VET) 46/2021 à Lei 14.197, de 2021, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, que impediu a tipificação do crime de comunicação enganosa em massa (disseminação de fake news), com pena de até cinco anos de reclusão.

Além dos vetos, os parlamentares vão decidir analisar créditos suplementares (que liberam mais recursos para projetos previstos no Orçamento) e especiais (para necessidades não contempladas anteriormente). Ao todo, os nove projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) em pauta preveem cerca de R\$ 2 bilhões de reforço orçamentário.

Resultado: Congresso Nacional rejeitou o veto à proibição das chamadas "saidinhas" de presos do regime semiaberto. Dessa forma, serão retiradas da Lei de Execução Penal as possibilidades de saídas temporárias para visita à família e para participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social. Permanece na lei a possibilidade de saída temporária para frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do ensino médio ou superior, na comarca do Juízo da Execução.

O Congresso Nacional manteve o veto à tipificação de crimes contra o Estado democrático de direito, entre eles, a criminalização das fake news nas eleições (VET 46/2021). Foram 317 votos pela manutenção, 139 contrários e 4 abstenções na votação na Câmara dos Deputados. Como foi mantido pelos deputados, o veto não foi submetido à votação dos senadores

Também foi concluída à deliberação sobre a derrubada do veto parcial (VET 45/2023) à lei que facilita a regularização de terras na Amazônia. A Lei 14.757, de 2023, foi sancionada pelo presidente Lula com 10 trechos vetados. Faltava apenas o item 10 para ser apreciado. O item vetado previa que “os laudos que indiquem o grau de utilização da terra e o grau de eficiência na exploração produzidos há mais de cinco anos deverão, a pedido do proprietário, ser atualizados de acordo com as condições atuais da propriedade”. Na mensagem enviada ao Congresso, o Executivo havia alegado que a norma é inconstitucional e contraria o interesse público. Com a derrubada do veto, essa parte voltará a valer.

SENADO FEDERAL

Plenário – 29/05 – 11h

O Plenário do Senado agendou para esta semana sessão apenas na quarta-feira (29). Na pauta consta a deliberação do PL 1.213/2024, que reestrutura a carreira de diversos cargos federais; e do PL 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e determina a taxação de importações de até US\$ 50,00. Antes do Senado deliberar o PL 914, a proposta precisa ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Senado aprovou o PL 1.213/2024, que reestrutura a carreira de servidores públicos. O projeto segue para a sanção presidencial. O PL 914 não foi deliberado

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 29/05 - 10h - Plenário 03

ITEM 03 - [PL 3519/2019](#), que altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto.

Resultado: não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 27/05

Pauta da semana ainda não foi divulgada. Todavia, há previsão de votação do PL 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e determina a taxaço de importações de até US\$ 50,00.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou o PL 914/24, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O projeto prevê incentivos financeiros de R\$ 19,3 bilhões em cinco anos e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para estimular a pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e a produção de veículos com menor emissão de gases do efeito estufa.

O texto aprovado pelo Plenário da Câmara nesta terça-feira (28) é o substitutivo do relator, deputado Átila Lira (PP-PI), que incluiu outro assunto no projeto, a taxaço de produtos importados até 50 dólares. O texto, aprovado por votação simbólica, estabelece uma alíquota de 20% para essas importações. Vai ao Senado.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 28/05, e 29/05, às 10h - Plenário 01

Item 47 - [PL 2.073/2022](#), que dispõe sobre a criação e transformação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, de cargos de Técnico e Analista em cargos em comissão, sem aumento de despesas.

A relatora, Deputada Bia Kicis, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público.

Resultado: não deliberado.